

“A Internet e a Rua” de Fábio Malini e Henrique Antoun (2013)

Prefácio

Ivana Bentes começa o prefácio expondo um movimento de êxodo ativista das grandes redes sociais (Facebook, Google, etc.), que representam um novo regime de expropriação, as quais monetizam as conexões afetivas e se apropriam da inteligência e tempo de seus usuários. Em contraponto a este movimento, a autora faz um questionamento: e se a revolução não começa dentro dessas redes? E dá exemplos como a Primavera Árabe, o 15M na Espanha, o Occupy Wall Street, os protestos de junho de 2013 e manifestações em todo o Brasil, que “hackearam” os sistemas de monetização de vida em prol de suas causas, as “redes de guerra em rede”.

A autora explicita que, para analisar o presente urgente, principalmente os protestos de 2013 no Brasil, os autores primeiramente buscam analisar e cartografar os movimentos e ações ativistas, traçando um panorama vivo, visto que passamos, segundo ela, por uma mudança de “bios”, a qual resulta na separação entre as redes e a rua. Entretanto, destaca a indissociabilidade da sociedade atual da internet. Essa, atravessa seus usuários: “nós somos a rede social”.

Depois Bentes destaca os principais assuntos tratados no livro. Em primeiro lugar, a dinâmica paradoxal do capitalismo cognitivo, em que existe o impasse entre as formas clássicas de monetização e a “cultura da economia da gratuidade”, como a questão do “Copyright versus Democratização do acesso”. Em segundo lugar, o capitalismo informacional e os embates entre mídia livre e mídia corporativa. Em terceiro lugar, a distinção, mas não separação, entre “midialivismo de massa” e o ciberativismo. Depois, a questão da transparência e o fim da cultura do segredo. E claro, o contexto de mobilização político-afetiva nas ruas e nas redes.

1. A invenção do Ciberespaço

O ativismo dos grupos de discussão da Internet

Neste capítulo, os autores explicitam a evolução das formas rudimentares da Internet, começando pelo abandono do #Arpanet pelos militares e a criação do #MilNet (Military Network), em 1983 e a nomeação das redes de computadores mundial de #Protocolo Internet em 1984. Malini e Antoun expõem que, após o abandono militar do #Arpanet, esse foi tomado por “micropolíticas estranhas”, que, por meio da multiplicação de grupos de discussão na #Usenet (Rede de Usuários Unix) e nas #BBSs (Bulletin Board System), tornaram-o um meio de vida e de cooperação social. De acordo com Castells (1999), citado pelos autores, o #Usenet foi criado em 1979 por estudantes da Universidade de Duke e da Carolina do Norte, o qual permitia a conexão entre computadores através da linha telefônica.

Entretanto, os autores destacam que esse movimento de 1984 não se trata de um rompimento moral da internet, visto que essa agitação da rede acontece desde 1969, misturando os ativistas da contracultura aos pesquisadores universitários e aos militares do Departamento de Defesa Americano. Em que, por um lado, deseja-se uma rede focada no financeiro e científico, mas, por outro, os *hackers* aparecem, fazendo da rede um dispositivo de conversação e liberdade de expressão coletiva e individual.

Além disso, o ano de 1984 pode ser lido como um marco da criação do #Ciberespaço, um território de trocas, diante da organização de grupos ativistas. O #Ciberativismo também foi inventado nesse ano, como ações coletivas mobilizadas pela rede interativa. Ambos, por meio da #Usenet e das #BBSs:

[...] os hackers de narrativas fazem dos grupos de discussão uma estrutura de mídia que permite a toda informação vazar nas mais distintas comunidades virtuais; ao mesmo tempo, que peritos em programação computacional – os

hackers de código – não param de inventar linhas de comando que tornam a Internet mais livre, num período em que a ideologia proprietária em torno dos direitos autorais se intensifica entre os desenvolvedores de tecnologia. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 21)

A invenção do midialivrismo, ou o hacker de narrativas

Os autores começam este capítulo afirmando que, em 1984, ocorreu uma bifurcação do que chamamos de #midialivrismo, ou #ativismo midiático, ambos com base nas lutas anti disciplinares dos anos 60 e 70 e acreditam que a cooperação na produção social de conteúdos seja regida pela coletividade da sociedade civil e pelo direito do autor de distribuir livremente pela sociedade.

Primeiro, o #midialivrismo de massa revela-se contra o industrialismo midiático e origina-se na política radical dos novos movimentos sociais, também pela luta da democracia (ex: Brasil), o qual se organiza em torno de rádios livres, imprensa alternativa e produções de vídeos e documentários sobre e com as classes populares. Depois, o #midialivrismo ciberativista deseja radicalizar os direitos fundamentais, sobretudo o de liberdade de expressão, utilizando-se dos novos meios para produzir ruídos sonoros, literatura marginal, performances, videoarte, os quais resultam em uma cena cultural e tecnológica que recusa a noção de poder baseado em alguma forma de mediação (“faça você mesmo”).

Por fim, Malini e Antoun destacam os midialivristas como *hackers* de narrativas, os quais produzem visões diferentes, múltiplas e conflitivas, os ruídos, dos grandes conglomerados de comunicação. Essa atuação na Internet se tornou uma #zona de impotência do Estado, conceituada por Deleuze e Guattari, o qual reforça a afirmação de que todo centro de poder tem sua fragilidade.

Cultura informática e as lutas anti disciplinares

Malini e Antoun dissertam neste capítulo sobre os movimentos #anti disciplinares e a cultura informática, começando com a citação de movimentos, em um contexto de “Internet 2.0” como a ocupação da Praça Tahir no Egito e o Occupy Wall Street, que se alastra por toda América do Norte e América Latina. São inovadores, pois vão contra a lógica de manifestações “flash”. Além disso, citam a Batalha de Seattle, ancorada no deslocamento, na afluência e na contaminação (inclusive, virtual, com seus centros de mídia independentes):

“Sem a cultura informática, Seattle seria impossível” (Negri, 2006, p. 55). Seattle inaugura um tipo de movimento em que se tem uma convocação internacional, árias pessoas em várias partes do mundo pegam aviões e pousam no lugar, fazem encontros [...] (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 25)

O tipo de movimento internacional supracitado pelos autores abordam temas bem diferentes daqueles que a luta política dos anos 70 ensinava. Como por exemplo o treinamento de guerrilheiros anticoloniais no deserto libanês, emprestado por Kadafi, que voltavam para casa e começava um movimento de enfrentamento. Ou o treinamento de guerrilheiros brasileiros em Cuba, com a esquerda armada anti ditadura militar. E esse tipo de movimento vai encontrar um limite no final de 70, depois de ter atingido um ápice.

No contexto político radical dos anos 70, de acordo com os autores, o movimento de “era *hippie*” é generalizado. Até aquele momento havia #dispositivos de poder, dependentes do exame, que dominavam o modo de “produção” dos indivíduos e as formas sociais de produção, o qual pode ser chamado de #dispositivo disciplinar. Foucault conceituou de #anatomopolítica as condições que geravam um corpo dócil e disciplinado. Nesse contexto, tudo o que a imprensa batizou de *hippie*, Foucault chamou de #lutas anti disciplinares:

Quando nos anos 60 a disciplina cai por terra, arruinada por inúmeras lutas sociais e a golpes de sexo, drogas e rock and roll, o que nela se esgota é a impossibilidade do exame. A queda do exame torna a vigilância e a punição inexequíveis. O exame cai através dos movimentos de drop out: o abandono dos estudantes das escolas, os movimentos de abandono da casa, os movimentos de abandono do trabalho. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 27)

Um exemplo dessa impossibilidade de vigilância, devido às #lutas anti disciplinares, é a queda da lei de proibição da homossexualidade na Inglaterra, em 1964, provocada pela difusão do estilo de vestimenta e trejeitos dos Beatles: “Como se aplica uma lei de homossexualidade num ambiente em que todo o jovem parece gay?” (MALINI; ANTOUN, 2013).

Dando continuidade ao capítulo, os autores dissertam um pouco sobre a #disciplina como mecanismo de poder. Tão disseminada, a #disciplina aparece como norte de funcionamento tanto nos EUA liberal, quanto na URSS e na Alemanha nazista, de modo que, mudava-se o conteúdo do poder, porém sua forma era a mesma. Os autores citam eventos curiosos como na Itália da década de 70, a extrema esquerda toma o poder em Roma, mas não sabe o que fazer com ele, pois governar era ser disciplinar. A queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, de acordo com Malini e Antoun, marcam o final das lutas anti disciplinares.

Malini e Antoun destacam, também, o prosseguir desses acontecimentos, os quais resultam em um novo sujeito político, forçado pela necessidade de novos mecanismos de produção após as #lutas anti disciplinares: o proletário social organizado no trabalho imaterial, cuja produtividade se faz através da cooperação, do cérebro inventivo. Hoje, em sua forma mais desenvolvida, ele denomina-se #capitalismo cognitivo.

Por fim, para os autores, a #cultura *hacker* ilustra bem a passagem do valor do trabalho material para o imaterial, em que se desenvolve inovações tecnológicas em busca de uma sociedade mais democrática. É imaterial, pois, para ele, o seu valor é medido pela circulação de seu trabalho e consequente reconhecimento social, o acúmulo de #capital humano.

A Internet aberta das BBSs e da Usenet

Os autores discutem neste capítulo o processo de abertura da internet e a invasão dela pela população comum. Segundo eles, até 1984, a internet era uma ferramenta da #Guerra Fria, a qual sobreviveria se uma guerra termonuclear ocorresse e possibilitaria a manutenção de alianças, e das lutas indisciplinadas, que enxergavam a internet como potente máquina cooperativa. Depois dessa data, os militares saem da #Arpanet para criarem a #MilNet e a ferramenta abandonada é ocupada pela população, com a criação de fóruns, de grupos de discussão e de e-mail, usando intensivamente a #Usenet as #BBSs e os #MUDs.

A #Usenet, de acordo com Malini e Antoun, foi criada para ser um fórum de discussão sobre o sistema operacional Unix, o qual entregava notícias, em forma de texto, de máquina em máquina, além de permitir a conversação dentro de seu sistema. Essa conversação permitia a participação de qualquer um, democratizando o poder de comunicação. Assim, o modo de funcionamento da #Usenet fez emergir as comunidades virtuais, as quais ampliaram a circulação da rede e fizeram-a chegar à URSS, onde se tornou um dos principais canais de informação, visto que outros meios de comunicação eram bastante vigiados e censurados. Malini e Antoun também esclarecem que, mesmo com a criação de outros sistemas de comunicação na Internet, o Unix continua sendo a base da circulação.

Ainda sobre a #Usenet, os autores destacam sua estrutura curiosa de árvore (dividida e subdividida por disciplinas acadêmicas) que, ao longo do tempo e uso, foi se transformando em rizoma, devido ao efervescente nicho #Misc, de miscelânea, que ainda contava com todo um sistema para organizar grupos:

Na miscelânea não, tudo fi cava fervendo, era ali que estava o pornógrafo, era ali que estava o pedófilo, era ali que estava o hacker, era ali que estavam os programadores, era ali que estava o público discutindo o noticiário dos jornais, rádio ou TV. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 36)

A cultura do vazamento, segundo os autores, vai ser alavancada depois da criação do #FidoNEt, em 1984, pelo programador Tom Jennings. O programa permitia que o usuário, de sua casa, se tornasse operador de um clube #BBS. O #BBS (ou #Sistema de Boletim Eletrônico) era uma comunidade virtual paga. Esse sistema acabou por se tornar o hospedeiro dos movimentos sociais, pois, por meio de rotas alternativas para a informação, transformava a censura em algo difícil de se aplicar e trazer uma inovação: a possibilidade de o usuário criar uma central de informação e se tornar um servidor. No Brasil uma das maiores #BBSs era a #Centroin. Ademais, os grupos de discussão vão permitir a coordenação de ações nacionais contra a ditadura, pela democratização, por meio de denúncias e a organização de uma campanha nacional.

Por fim, Malini e Antoun concluem que são os grupos de discussão que fundam a política de ação direta, a qual mobiliza por meio de redes, visto que esse tipo de política se faz no traçado de normas em público e no caos das conversações.

Hackers, crackers e a cultura livre

Malini e Antoun dedicam esse capítulo para o marco, ainda em 1984, da criação da #Free Software Foundation e do a qual teve sua origem no #Movimento do Software Livre. Os autores contam que no início da década de 80, o programador Richard Stallman, insatisfeito com a apropriação de códigos de programas, propõe o sistema #GNU ou #Free Software, baseado no #Unix. Esse novo sistema operacional permitia executar um programa, com qualquer propósito, modificar e adaptar o programa, redistribuir cópias, distribuir versões modificadas do programa.

O nascimento do copyleft

A partir da popularização do #GNU, segundo os autores, Stallman preocupou-se com a possibilidade de alguém tomar posse de sua criação, subvertendo o propósito da mesma. Dessa forma idealizou-se o #copyleft, o qual se configura como o oposto do #copyright, prezando pela liberdade do sistema. Para implementar o #copyleft, criou-se a licença #GNU General Public Licence (GNU #Licença de Domínio Público), um termo de compromisso do desenvolvedor em permitir a cópia, distribuição e modificação de sua criação.

A contracultura da cultura hacker

Ainda em 1984, os autores começam este capítulo destacando o lançamento do #Windows NT, que, por conta do preço, causou uma grande rebuliço entre alguns hackers. Esses, criaram o grupo #Cult of Dead Cow e desenvolveram o #Back Orifice, um programa que gerenciava o NT de graça e invadia outros NTs, demonstrando a não tão verídica segurança do sistema.

Depois, citam a análise de Steven Levy sobre diferentes gerações de #hackers. Segundo ele, a geração dos anos 60 que pensam sobre a inteligência artificial e explora as interações do usuário com o computador. Já a geração dos anos 70 é marcada pelo #Home Brew Computer Club (Clube do Computadorista Amador) que desenvolve suas pesquisas em busca do computador pessoal, o #PC, em um contexto que a maioria não enxergava o computador como um meio de comunicação.

Segundo os autores, o ápice do #Home Brew Computer Club foi a invenção do #Macintosh, por meio do hackeamento do #Xerox Parc pela Apple. Logo depois, Bill Gates e outros programadores fundam a #Microsoft e inventam o sistema operacional para o PC da #IBM.

A superestrada capitalista da informação em rede

Neste capítulo, os autores discutem a mudança de visão dos projetos industriais nos anos 80 para com o #ciberespaço, que passam a querer tirar proveito dele, por meio do desenvolvimento de produtos multimídia ligados a esse espaço. No decorrer de as décadas de 80 e 90, enquanto a indústria desenvolvia essa economia, o governo estadunidense, em 1993, lançou o projeto de infraestrutura *#Information Superhighways*, cujo objetivo era ampliar o acesso à rede por fibra óptica para empresas e consumidores.

Desse modo, segundo Malini e Antoun, a empresa se torna uma rede, por se relacionar interativamente com fornecedores, clientes e consumidores e pôde ampliar a descentralização de unidade. Além disso, surge um processo de customização baseado nas interações online com o consumo, a *#mass customization*. O projeto *#Information Superhighways* ainda antecipou, no mesmo ano, uma fase que o autor citado, Cocco, 1995, chama de *#convergência interna*: um regime de acumulação endógeno de desenvolvimento do setor global da informação. Já a fase de *#convergência externa*, que ocorre depois, Cocco configura como o crescimento da indústria de informação orientado pelo capital externo, principalmente da publicidade, sem a integração das mídias.

O *#Information Superhighways* também marcou a retomada da economia mundial pelos EUA e a emergência da indústria multimídia, pois enquanto o Japão, com seu modelo toyotista, produz bens materiais, os Estados Unidos produzem, principalmente, conteúdos imateriais. Esse tipo de produção foi denominado por filósofos italianos de *#capitalismo cognitivo*, nesse regime, a lógica de reprodução é substituída pela lógica de inovação. A característica produtiva dessa nova economia será a interatividade, em que, capturar as virtualidades será controlar os fluxos da própria vida.

De acordo com Malini e Antoun, nessa mesma época foram desenvolvidos o código *#html*, os protocolos *#http* e *#www* (World Wide Web) e o primeiro navegador, o *#Mosaic*, depois *#Netscape*. Todas essas inovações possibilitaram o acesso do cidadão às informações multimídia, além de trazer para o #ciberespaço uma representação espacial, gráfica e multimídia.

Já na análise dos resultados desse projeto, os autores afirmam que, ao mesmo tempo que ocorreu uma rápida expansão do uso social e da criação de um mercado baseado na nova economia, houve a instituição de formas de governar o #ciberespaço. Além disso, para Rullani (2004), a nova economia da *#Information Superhighways* e sua popularização transforma o conhecimento em valor de uso para os usuários, porém como valorar algo sem custo? Desse modo, pela primeira vez, o trabalho e o capital têm o poder de autovalorização.

Sob a visão de Richard Barbrook, citado pelos autores, a nova economia carrega, ironicamente, o #cibercomunismo, onde o conhecimento, por não ter valor, se deixa compartilhar gratuitamente. Já sob a visão de Enzo Rullani, também citado pelos autores, o #ciberespaço, em sua faceta capitalista, emerge nos anos 90, calcado na concepção do *#copyright* a tudo vigiando, como um #mega panóptico.

A partir do contexto exposto por Malini e Antoun, por meio de Rullani, a resistência da internet começou a operar de duas formas: através da cópia ou do sistema livre de produção. A cópia acelera a socialização do produto e o sistema livre de produção, por meio de dispositivos cooperativos, socializa a produção. Ambos resultam na destruição do caráter privado dessa propriedade.

Ainda nos anos 90, a situação inconciliável de não quantificação do saber no capitalismo gera uma crise no sistema, antecipando outra economia a ser fundada. Segundo Gorz, citado pelos autores, essa outra economia já estaria nas redes (freenets), onde as empresas trabalham para unir-se nos momentos da tomada de decisão e consumo.

2. *A Lei dos Pares na Ciberultura*

O código do compartilhamento embutido nas interfaces de mediação e nas redes da guerra em rede

Os autores iniciam este capítulo afirmando que, após a contribuição de Tim Berners-Lee com o #www, o qual possibilita a criação de inúmeras teias de páginas virtuais, as redes da vida social confundiram-se com as redes de luta #biopolítica no #ciberespaço, pois reuniu as diferentes formas de defesa e resistência, constituindo os novos movimentos de #guerras em rede.

A partir dessa mudança, segundo os autores, reacendeu-se o estopim das oportunidades de mudanças dos anos 60 e, por meio da criação de teias de páginas virtuais, as novas organizações biopolíticas revelam-se como um meio de individuação (diferenciação) coletiva formador de culturas, a #ciberultura, alinhada aos códigos e leis das interfaces.

Os códigos (protocolos, programas, motores de busca, agentes de rede, minas de dados, scripts, formulários, páginas web), como explicam Malini e Antoun, são as leis das interfaces, as quais condicionam o seu uso por meio da aceitação de uma ética de funcionamento. Ou seja, os códigos são, ao mesmo tempo, normas éticas e técnicas de procedimento:

Constroem um nexos conectivo entre protocolos, programas e scripts que se traduzem em um ambiente plenamente paramentado para responder aos desafios dos acontecimentos. (MALINI, ANTOUN, 2013, p. 56)

De acordo com os autores, as #redes de guerra em guerra se fazem incorporando os princípios da organização sem líder, de modo a permitir que os movimentos englobem o máximo de diversidade possível, transformando um operação de protesto em uma #rede de guerra em guerra.

Apesar dos códigos, as interfaces promovem os modos de comunicação interativa, o que inibe o consumo meramente contemplativo formador de fãs e audiência. Se a globalidade se definia como a submissão de uma totalidade de leis reguladoras e consenso, a participação e o compartilhamento reforça a mundialização ativa e afirmativa das singularidades de sua vasta multidão. Ou seja, na contramão da #glocalidade, em que existe uma submissão do poder local aos ditames do poder global, a #logalidade traduz o movimento de conexão dos diferentes grupos de resistência em lutas ruptura e afirmação de seu poder comunicacional colaborativo. “A guerra em rede é sempre local e destitui o poder glocal de efetividade, esvaziando sua função regulatória.” (Malini; Antoun, 2013)

Depois, os autores destacam o ponto em comum que existe em todas as rede contemporâneas: em qualquer uma delas acontece algo dentro das suas interações que contrapõe um poder de informação a uma potência de comunicação.

Malini e Antoun afirmam, ainda, que o trabalho, na sociedade em rede, longe de se manter só como “postos perdidos”, se constitui como o principal fator de desenvolvimento. Porém, é importante expor que o trabalho referido pelos autores não se confunde com o tradicional, ele envolve, sobretudo, o imaterial, voluntário e ativista engajado em um vasto número de projetos vinculados a empresas sem fins lucrativos, grupos de atividades ou movimentos emancipatórios de advocacia.

Para além disso, os autores, ao considerarem a visão de Império de Negri e Hardt (2001, p. 14-15, 2160), chega-se a um paradoxo da rede. Por um lado, seus organismos (FMI, BM, G8, OMC, etc e ONGs e movimentos assistêmicos) só existem nesse modo e dele se alimentam, porque a rede se confunde com a realidade atual do Império em suas duas cabeças. Por outro lado, a rede possibilita a multidão exprimir sua potência de ação, fazendo seus movimentos de luta através da construção de redes, desde que a democracia representativa se tornou a principal forma de expressão política e o cidadão/consumidor sua unidade básica de expressão. Para examinar melhor esse

paradoxo, os autores exemplificam quatro problemas que se sobressaem: integração x dissolução da ordem social a partir da entrada em cena da comunicação distribuída nas comunidades virtuais; estrutura e ocasião na organização da sociedade x emergência da importância das interações em redes; prevalência da cooperação x conflito na vida social enquanto relações constituídas a partir da emancipação da organização em rede; parceria x servidão nas relações sociais enquanto constituintes a partir da disseminação das redes de parceria.

À sombra da Jihad e do McMundo

Neste capítulo, Malini e Antoun discutem um período pós publicação do livro de Howard Rheingold, o qual cunhou o conceito #comunidades virtuais, em 1993, e o considerou um lugar capaz de recriar o tradicional sentido de participação e envolvimento das antigas comunidades, revitalizando a esfera pública e a política democrática por meio do ciberespaço. Ainda sobre o livro de Rheingold, as #Tecnologias da Informação (TI), teriam uma dupla origem: nas estratégias da máquina militar e nos investimentos de desejo da democracia. Esses investimentos resultaram, segundo o autor citado, na maior transferência de renda e poder para um público generalizado da história. Além disso, a Internet, para Rheingold, seria um #hipermeio, em que existem todos os meios de comunicação, cujas mensagens são novos modos de vida, e as comunidades virtuais que emergiram neste #hipermeio fariam dele uma mídia para viver.

Segundo os autores, o livro de Rheingold teria sido uma resposta ao ensaio de Benjamin Barber, que responsabilizava a globalização e as #TIs pelo fim da liberdade. De acordo com esse último, o mundo contemporâneo se dividia em duas tendências que ameaçam a democracia e a cultura do ocidente: a do #Jihad (tribalismo), com as forças de desagregação do provincianismo regional, e a do #Mc Mundo ou *Mc World* (globalismo) com as forças da homogeneização global promovidas pelas #TIs. Com essas tendências, a sociedade contemporânea correria um sério risco de totalitarismo indiferenciado ou de “libanização” devastadora.

Comunidades de araque

Para Fernback e Thompson, em 1995, segundo os autores, a criação de “verdadeiras comunidades” é impossível na #comunicação mediada por computador (CMC). De acordo com eles, as comunidades geradas pela #CMC seriam de interesse, desenvolvendo-se no “não lugar” do ciberespaço como um fenômeno transcultural e transnacional, o que seria antitético com a noção de coletividade gerada numa esfera pública onde uma ação comum é desenvolvida. Além disso, a cidadania do ciberespaço seria incapaz de resolver problemas da representação democrática e da renovação da vida ativa de uma verdadeira cidadania, pois a #CMC promove a fragmentação cultural e política nas sociedades, vista na disjunção com a vizinhança geográfica, que pode gerar #comunidades de araque: “o custo e o conhecimento sobre o uso de computadores que sempre irá gerar a exclusão da maior parte da sociedade, os encontros nas comunidades virtuais que estão reduzindo os encontros face a face”. Esse fenômeno pode gerar um público com um sentimento de envolvimento e participação.

Robert Putnam, segundo os autores, também publica, em 1996, afirmando que desde 1965 houve um decréscimo do tempo gasto pela população com o #capital social (aspectos da vida social) e #engajamento cívico (conexões do povo com as dimensões da vida e suas comunidades) paralelo ao crescimento do tempo gasto com a televisão, que teria se tornado a principal atividade de lazer devorando um tempo cada vez maior na vida da população americana.

Essas publicações reforçaram a crítica mais enfática contra as #TIs: elas promovem o isolamento individual e o desengajamento político, corroendo a vida ativa das sociedades democráticas. O “esfriamento”, propalado por McLuhan como

consequência dos meios eletrônicos de comunicação, faz com que a diferença #Jihad e #McMundo nos ameacasse agora, não apenas com a devastação desenvolvimentista, mas também com a inanição preservacionista.

O Império e as redes

Segundo Malini e Antoun, para a comunidade científica a compreensão de vida como “grande cadeia dos seres” ou “progressão de hierarquias aninhadas” está dando lugar para a visão de “mistura de hierarquias de redes entrecruzadas” ou “redes dentro de redes”.

De acordo com Arquilla e Ronfeldt, citados pelo autores, representantes ligados ao Departamento de Defesa dos EUA, a “revolução da informação” encontra amplo favorecimento no seio da sociedade global e anuncia uma profunda transformação no mundo contemporâneo. Essas análises geraram a distinção entre o sistema de gerenciamento mecânico (hierárquico e burocrático) e o orgânico (em rede, embora estratificado) e chegaram a conclusão de que a capacidade da forma orgânica privilegia o direcionamento lateral da comunicação, por meio de sua estrutura de controle, autoridade e comunicação em forma de rede.

Arquilla e Ronfeldt, segundo os autores, ainda afirmam que a rede se refere a uma forma particular de organização, ao contrário de um conjunto de características presentes em qualquer organização, após analisarem uma mutação sofrida por certas comunidades virtuais, em que o “sentimentalismo” foi apagado e substituído por frias indagações e assustadoras análises.

O advento da guerra em rede

Ainda sobre as análises de Arquilla e Ronfeldt, a luta pelo futuro se faz por meio de grupos que operam em pequena escala e dispersos, podendo se desdobrar repentinamente em qualquer lugar ou tempo, incontrolável. Exemplos desse tipo de guerra são as redes de terroristas como a Al Qaeda e de traficantes como Cali.

Desse modo, em 1933, segundo os autores, Arquilla e Ronfeldt criaram o conceito de #guerra em rede (*Netwar*): uma luta de baixa intensidade entre o Estado e grupos organizados em rede por meio do uso estratégias que envolvem as novas #TIs, como a #Internet. Esse conceito é o oposto correlato de #guerra do controle (*Cyberwar*), que é uma luta de alta intensidade conduzida através da alta tecnologia militar travada por dois Estados.

A #guerra em rede, segundo Arquilla e Ronfeldt, se refere a conflitos em que um combate se organiza em forma de rede e o principal design adotado será o de #rede “todos os canais” (*all-channel*) ou #matriz completa (*full-matrix*). Ademais, afirmam que o principal meio de compreensão da rede é sua #análise organizacional (determinação dos grupos de atores, seus vínculos e, ainda, o questionamento se os atores se reconhecem como participantes da rede e se eles se comprometem com suas operações) e seus atores podem operar em áreas para além da rede.

O Império se investiga

Visto que a consideram essencial para a compreensão de rede, Arquilla e Ronfeldt criação seu método de #análise organizacional, o qual deve-se considerar, além do design organizacional, os diversos níveis que o compõem.

O primeiro nível examinado por Malini e Antoun é o tecnológico, o qual se pergunta o quão integrados estão o padrão e a capacidade de fluxos de informação e comunicação em rede (pelas tecnologias mais *high tech* ao face a face) com os outros níveis.

O segundo é o nível social, o qual se pergunta o quão bem, de acordo com parâmetros da própria comunidade, e de que modo se conectam os membros.

O terceiro, o nível da doutrina - visto que a partilha de um objetivo comum e uma forma de fazer comum provêm coerência central ideacional, estratégica e operativa que permite a descentralização tática - duas práticas doutrinárias são destacadas na #rede de guerra em rede: o modo de funcionamento sem líder, seja pela ausência ou multiplicação de líderes, e a #afluência (*swarming*), a qual golpeia-se de várias direções. O funcionamento sem líder, ou #resistência sem líder, conceituada por Louis Beam (1992), pode ter como exemplo a ação dos “lobos solitários” e a #afluência, a Batalha de Seattle.

Já o nível do design organizacional, que se pergunta a extensão do ator organizado como rede e o que faz a rede ter sua disposição, analisando a variedade de “buracos estruturais” e “pontes” existentes e se os “atalhos” são utilizados de modo fácil e frequente

Por fim, no nível narrativo se pergunta por que os membros assumiram e permanecem em rede. Para essa questão, os membros podem se comunicar com uma causa, e como ela deve ser promovida.

As redes de guerra em rede e a multidão

Neste capítulo, Malini e Antoun, ainda sobre os estudos de Arquilla e Ronfeldt, é iniciado com a afirmação de que existem inúmeros tipos de formas híbridas de rede, porém, para as redes de guerra, prevalecem dois tipos. O primeiro tipo é a #rede policêntrica segmentada (SPIN), conceituada por Luther Gerlach, composta por diferentes grupos, com vários líderes, fluida e dinâmica. O segundo tipo é a #rede arquetípica, que se caracteriza por um pequeno número de nós fortemente conectados que agem como #eixos (*hubs*) aos quais se conectam a nós de fraca conexão. Esse tipo de rede também conta com ator ou atores como eixos-chave e é muito resistente a choques sistêmicos.

Ambos tipos de rede o nível narrativo se comporta como mais importante, por influenciar diretamente o problema da liderança no que diz respeito à organização, quanto no que diz respeito à doutrina nas redes em geral e nas redes de guerra em rede.

Sob o aspecto da liderança na guerra em rede, ela permanece importante mesmo se se tratar de uma “rede sem líder”. Esse tipo de rede pode ser alcançada através da disseminação de líderes, porém pode desenvolver problemas de coordenação. Segundo os autores, o tipo de líder que pode ser mais importante para a conduta de uma rede de guerra é o líder doutrinário, o qual está encarregado de dispor o fluxo de comunicações.

O ciberespaço entre parênteses?

Neste capítulo os autores se debruçam sobre os estudos de Fred Evans, 2000, sobre as redes. Por um lado, esse autor aponta a comunidade virtual como confinada aos limites topológicos da Internet. Por outro lado, é exatamente essa característica que lhe permite revelar um dos mais importantes aspectos subjacente à democracia. Por ter uma realidade virtual ao invés de atual, a Internet pode funcionar na casualidade feliz, permitindo-nos “pôr entre parênteses” o mundo que se confunde com nossas crenças correntes, o que permite manter acesa a chama do otimismo de um pensamento. Além disso, nela, a sociedade se revela como um corpo multivozes metamorfoseando-se, resultando na necessidade de a democracia sustentar a interação das vozes.

Desse modo, segundo Evans, existe um lado luminoso (#movimento Zapatista ou a da #Batalha de Seattle) da Internet, que se manifesta na criação de vozes em seu discurso indireto livre e outro lado (redes de guerra fundamentalistas, etno nacionalistas ou criminosas), que se manifesta na voz única (dominação ou discurso social direto) e no fechamento das comunidades.

Micropolítica da multidão

Neste capítulo, Malini e Antoun se dedicam a formação do #Movimento Zapatista, resumindo, primeiro, a história do #Exército de Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), um de seus constituintes.

Segundo os autores, o #EZLN emergiu no combate ao acordo de #NAFTA, por meio de formação de guerrilhas na região de Chiapas (rica em urânio, madeira, petróleo e comunidades indígenas). Sem êxito nas suas investidas militares, o #EZLN pediu a ajuda de ONGs, elas, por sua vez, estavam interessadas em promover uma democracia no México, em que membros da sociedade civil tivessem lugar de destaque nas tomadas de decisões, não estavam interessados em conquistar o poder, muito menos ajudar algum grupo à conquistá-lo. Desse modo, o #EZLN mudou sua luta principal para direitos das populações indígenas, o reconhecimento da participação da mulher e dos seus direitos na sociedade, a proteção ambiental, a luta pelos direitos humanos e pelos direitos dos trabalhadores. Depois da mudança, inúmeras ONGs se juntaram ao movimento, formou-se uma multiplicidade de grupos rizomaticamente conectados, paralisando a investida militar, transformando-se em uma rede de guerra em rede social pertencente à era da informação, o #Movimento Zapatista.

De acordo com Stefan Wray, citado pelos autores, depois do Massacre de Acteal, em 1997, os #hackers conceberam um novo modo de fazer da Internet um lugar de manifestações, inventando o #bloqueio virtual e o #sit in virtual. Em 1998, o grupo #Teatro Eletrônico de Distúrbios (Electronic Disturbance Theatre – EDT) criou o #inundanet (*floodnet*), uma ferramenta que permitia uma multidão tentar paralisar uma página *web*. Esse *software* foi chamado de #Zapatista inundanet e inaugurou o casamento de #hackers com o ativismo político (*#hacktivismo*).

A multidão armada

Os autores iniciam este capítulo descrevendo o movimento Zapatista como um exemplo de comunidade nômade no ciberespaço com poderosa convergência de diferentes redes que partilha de objetivos comuns e experimenta em sua própria construção modos democráticos de produção e tomada de decisão. Segundo os autores, o movimento é capaz de construir a participação atual em ações comuns na vida de seus participantes e na vida cívica da sociedade civil mundial – o que afasta as objeções de Fernback e Thompson quanto à realidade das comunidades virtuais. Além disso, sobre o #capital social e o #engajamento cívico de Putman, o movimento Zapatista vai ao contra suas previsões. O mais importante, ainda é o fato de a dicotomia #Jihad/#McMundo desaparecer no movimento.

Malini e Antoun afirmam também que, de acordo com os materiais produzidos pela RAND e pelos demais intelectuais do Departamento de Defesa norte-americano, vivemos em uma guerra permanente e as armas usadas a maior parte do tempo são as notícias que os jornais, rádios, televisões e revistas despejam sobre as populações em seu bombardeio incessante unidas à capacidade de comunicação, controle e comando do ciberespaço.

A parceria e a gestão do comum

Os autores começam este capítulo afirmando que as questões que giram em torno da ação coletiva e do bem público são uma constante na teoria da comunicação, elas envolvem os meios de comunicação na medida que eles transformam os modos como as pessoas cooperam. Os dilemas da ação coletiva estão na base dos problemas que giram em torno da partilha do bem comum (*#commonwealth*).

Depois partem para a exposição de teorias sobre o poder. Primeiro, Hobbes, com sua teoria de #guerra de todos contra todos, que chega na conclusão de que um soberano despótico seria a solução para impedir a dilapidação do bem comum. Discordando com Hobbes, Locke considera que os homens podem se governar melhor por meio de contratos sociais que promovem o bem público. Nietzsche, por outro lado, critica as duas teorias, pois entende que nelas, são necessárias a pressão social, a

punição. Para Huxley, a cooperação é uma servidão imposta pela soberania, usando a afirmação de Darwin de que a competição é a única maneira de evolução como justificativa. Kropotkin, por sua vez, propõe uma outra visão da teoria de Darwin, exemplificando a cooperação entre animais para objetivos em comum, e ainda afirma que o governo é o culpado por reprimir a tendência humana natural de cooperação.

A #teoria dos jogos, desenvolvida sob incentivo dos problemas da Guerra Fria, vai experimentar largamente o #jogo do dilema do prisioneiro, inventado na RAND em 1950, como modelo das diversas situações possíveis das possibilidades de cooperação ou defeção entre parceiros. O ponto de partida do jogo é o de que o jogador age apenas no interesse próprio.

Robert Axelrod, nos anos 70, introduziu a interação no jogo fez uma experimentação para descobrir quando o jogador prefere cooperar e quando prefere o interesse próprio. O histórico das decisões prévias passou a funcionar como reputação, uma forma de antecipar a intenção do outro jogador. O programa *#tit for tat* revelou-se o mais simples: o jogador começa cooperativo e responde no lance seguinte com a resposta do oponente no lance anterior. O jogo do prisioneiro podia transformar-se no jogo da colaboração.

Com a ocupação comercial da rede, prevalecem as relações de máquinas servidoras e máquinas clientes. Isto teria ocorrido, pois as corporações, privilegiando a chance da oportunidade de comércio aliada à exploração da propriedade intelectual, fixaram-se nos efeitos de valor da rede contidos na #lei de Metcalfe (Kirsner, 1998), que reza que o valor da rede cresce no quadrado da quantidade de nós a ela conectados. Essa lei privilegia a dissimetria entre nós concorrentes, gerando uma oligarquia da informação e marginalizando usuários através da massiva concentração de clientes em alguns poucos servidores que monopolizariam o processamento da informação e as ligações hipertextuais.

Em contrapartida à esse cenário, os autores mostram que a multidão de usuários formada na Internet reinventou o poder da parceria, seja gerando as teias de blogs capazes de quebrar a invisibilidade do usuário comum nos motores de pesquisa e gerar um circuito cooperativo ou inventando os programas que restabelecem a horizontalidade dos parceiros repartindo recursos de banda e processamento para partilhar informações. Esse exemplos têm como base a #lei de Reed que afirma que o valor social de uma rede cresce na razão da parceria exponenciada pela quantidade de nós, ou seja dois elevado ao número de nós.

Por fim, a partir dos pensadores citados deixam um questionamento: a parceria e a ação coletiva advém naturalmente ou de uma pressão e ameaça?

O Napster e as mediações do P2P

Neste capítulo os autores se dedicam a contar brevemente o funcionamento e a história do #Napster e as questões judiciais de copyright.

Para registrar os computadores que iriam trafegar pela comunidade Napster, a solução foi operar por meio de um servidor central. Na verdade, o que ocorreu com o Napster é que ele “centralizava nós e descentralizava conteúdos”, ou seja, unia as forças de um banco de dados central com o poder de armazenamento distribuído, como um sistema *#peer-to-peer* intermediado.

Infelizmente, havia um aspecto no Napster que se manifestou como um empecilho para o seu desenvolvimento: a não possibilidade do anonimato. Desta forma, o servidor do Napster é capaz de identificar cada um deles e saber o que estão intercambiando. Isto torna frágil o próprio uso do Napster, além de torná-lo presa fácil de aspectos judiciais relacionados aos direitos autorais (#copyright). Após inúmeros casos judiciais, em 2001, a 9ª Corte de Apelação de São Francisco (EUA) relatou sua deliberação final: “O Napster, que permite a distribuição digital de músicas no formato MP3 pela Internet, viola os direitos autorais e não poderá distribuir material com copyright”.

O Gnutella e a distribuição descentralizada

Neste capítulo os autores se dedicam a explicar o #Gnutella, *software* livre, um protocolo, que antecedeu a “morte” do #Napster. Da mesma forma que o #Napster, o #Gnutella permite a troca de arquivos *#peer-to-peer* sem intermediários. Entretanto, ao contrário de seu antecessor, ele permite o anonimato dos usuários e tem um sistema descentralizado. Além disso, por ser um *software* livre, permite a criação de interfaces consigo, como a existência de vários programas de busca dentro do #Gnutella.

A arquitetura semicentralizada da parceria

De acordo com Malini e Antoun, o #Gnutella começou a apresentar problemas em relação ao tempo de download e procura. Esse problema resultou na emergência de programas #P2P híbridos, como o #Kazaa e o #Edonkey após a queda do #Napster.

Os autores explicam que a solução encontrada foi a retomada da figura do servidor central, mas de outro tipo, agora concretizado na transformação de nós mais robustos em *#superpeers* (supernós), que agem como ligação central de uma sub-rede. O *#supernó* é uma espécie de hub, que armazena índices e é capaz de administrar os recursos de largura banda, de roteamentos e de comunicação entre os nós, mas mantendo anônimos suas identidades e informações contidas. Na prática, esses *#supernós* detêm as informações dos recursos que os *peers* gerenciam, o que permite a realização de buscas eficientes.

Para o problema de escalonamento das redes centralizadas e semicentralizadas os programas utilizam da *#escalabilidade* vertical, quando se adicionam recursos, como mais memória, mais capacidade de processamento, em um único nó. O impasse é que a presença dos *superpeers* resulta na fragilidade da própria escalabilidade, porque nós invasores podem se tornar um super nó.

Os autores afirmam que as redes semicentralizadas alcançaram sua popularidade e com a chegada da rede #Fast Track, um protocolo #P2P, que ativou, ainda em 2002, um coro da associação das gravadoras norte-americanas (RIAA) e da organização dos estúdios de cinema de Hollywood (MPAA) contra esses sistemas #P2P. A justificativa das empresas foi que eles proporcionavam que usuários trocassem arquivos com *#copyright*, o que estimularia a pirataria online. Essas ações fizeram com que o #Kazaa e o #eDonkey perdessem espaço.

Emule e a interação das redes P2P

Neste capítulo os autores se dedicam a falar do #Emule, que, criado em 2002, permite trocas de arquivos a partir de duas redes #P2P, a #Edonkey (rede híbrida) e a #Rede Kad (rede pura), através de uma comunicação direta entre usuários.

As inovações trazidas pelo #Emule, segundo Malini e Antoun, foram a redução dos oportunistas (*#freeriders*) - usuários que capturam os arquivos, mas impede que outros usuários compartilhem do seu acervo online, criando um método de quem mais disponibiliza arquivos tem prioridade na fila de espera para o download de arquivos - e a redução da circulação de arquivos corrompidos, aumentando a segurança em suas redes.

O processo não linear integrado do Torrent

Os autores se dedicam, neste capítulo, em falar sobre o #BitTorrent, um programa criado em 2003, que traz a inovação do método de “partilhe aquilo que já descarregou”, um processo não linear de transferência. Essa inovação provocou dois efeitos: o aumento da velocidade de *download* e reduziu a dependência daqueles nós que concentravam o número grande de arquivos.

Sobre o processo de *download*, sua rapidez é explicada pelo método, em que, quanto mais pessoas compartilham o arquivo, mais rápido é o *download* dele.

Outra inovação do #BitTorrent, segundo os autores, foi a criação de um tipo de arquivo, o #torrent, o qual fica armazenado em um site na Internet. O impacto social dessa forma de uso do sistema é que o torna praticamente invulnerável a processos de acusação judicial de pirataria, dado que a ação de produzir e localizar o arquivo é do indivíduo.

Sistemas de gestão do comum e a fúria do capital

Com a evolução dos programas #P2P, a indústria do #copyright se enrijeceu, aumentando dispositivos de controle virtual. Essa repressão recebeu forma jurídica, em 1998, com a publicação do #Digital Millenium Copyright Act (DMCA), lei que rege a forma de circulação dos direitos autorais nas redes de computador e que criminaliza qualquer iniciativa tecnológica que porventura possa vir violar esses direitos.

No que tange aos circuitos descentralizados de circulação de informação – tal como as redes #P2P –, o #DMCA possibilita que as empresas responsáveis por permitir, de forma #P2P, a troca de arquivos digitais ilegais sejam acionadas na Justiça por ser a infraestrutura que sustenta a pirataria virtual. Como essas empresas não têm o controle dos fluxos, mas identificam os IPs dos usuários, elas acabam se tornando “coautoras do roubo”. Desse modo, a RIAA (das gravadoras americanas) e a MPAA (dos estúdios de Hollywood) conseguiram a exclusão de sites como Napster, Kazaa, Edonkey2000, WinMX, iMesh.

Para driblar a repressão, a #Web 2.0 - um conjunto de sites cujos conteúdos são totalmente produzidos e/ou hospedados online diretamente por usuários baseados numa arquitetura colaborativa – permite que o usuário hospede “conteúdos ilegais” em um site, o gestor deste pode rapidamente excluí-los, contudo, baseado no princípio colaborativo, não pode impedir qualquer usuário de publicá-los novamente no site.

A estratégia do poder é subordinar as singularidades a partir da lógica do medo.

A parceria e a publicação colaborativa em rede

Ao analisar as características colaborativas da atual fase da Internet, Dan Gillmor (2005) antecipou uma tendência no âmbito do jornalismo contemporâneo: a emergência do #cidadão-repórter: “toda a gente produzir notícias”. Segundo Varela (2008), citado pelos autores, a emergência do #cidadão-repórter diz respeito mais a um desejo coletivo de participação na produção de informação do que a ampliação de mecanismos de interação online.

Desse modo, de um lado, as grandes mídias passaram a se flexibilizar e dar visibilidade aos #cidadãos-repórteres, promovendo uma maior interação com os leitores. Por outro lado, o jornal passaria por uma séria crise porque graças à diversidade de versões sobre os significados dos fatos produzidos, sua força em constituir uma “opinião pública” estaria a diminuir.

No que se refere aos meios, as fontes de notícias também se fragmentam: jornal, youtube, blogs.

O jornalismo participativo nos portais

O #jornalismo participativo é o nome que adotaram para os cidadãos que escrevem nos jornais. Esses, segundo os autores, seguem o “modelo do tudo é meu”, ou seja, não tem a salvaguarda de seus próprios conteúdos.

O jornalismo participativo na nova mídia

Não há somente experiências de #jornalismo participativo dentro dos grupos tradicionais de mídia. Há uma infinidade de experiências que atuam de forma independente através de #modelo aberto (sem a presença de jornalistas profissionais) ou #híbrido (usuários e jornalistas profissionais). Exemplos atuais desse modelos são Mídia Ninja e Catraca Livre.

Do ponto de vista da edição colaborativa, tanto no modelo aberto quanto no híbrido, há com frequência a existência de quatro atores: o consumidor da informação; os redatores/administradores; o jornalista-cidadão; o colaborador (colunista).

Genealogia da blogosfera e a luta por autonomia

O #blog é um site que hiper liga páginas interessantes encontradas na Internet, surge como um dispositivo humano de reunião e seleção de links que compõe a #blogsfera. Em 1999, Peter Merholz cunhou o termo #blog, o verbo #blogar e o sujeito #blogueiro.

O advento dos diários

De acordo com Malini e Antoun, algumas empresas se aproveitaram da criação dos #blogs para inventar plataformas que facilitassem a utilização dos mesmos por usuários que não fossem familiarizados com a linguagem #html. Assim surgiram, em 1999, o #Pitas e o #Blogger. A interface do Blogger acabou por dar vazão à emergência de uma nova linguagem blogueira: o #diário online.

Com o desenvolvimento dessas plataformas o sistema de comentários inaugurado pelos sistemas automáticos de publicação fez nascer comunidades de leitores girando em torno dos blogs.

Blogs furam os portais da Internet

Segundo os autores, a interconexão promovida pelos blogs fez surgir o termo #blogsfera, batizado por Willian Quick (1999), definido como esse “todo heterogêneo” – com suas interações sociais e hiper ligações, é um fenômeno social. No final das contas, a blogosfera destoa da comunicação de massa exatamente porque se constrói a partir de discursos que estão colados à maneira de expressar de cada singularidade.

Do ponto de vista histórico, essa potência da blogosfera é realizada, de forma intensa, pela primeira vez com a ocorrência dos ataques terroristas em 11 de Setembro de 2001, devido ao congestionamento de portais de notícia: a blogosfera entrava na sua fase informativa.

O 11 de setembro foi um marco para Internet, como evento fundador da recessão da mídia e da crise do jornalismo.

A potência da comunicação e da parceria

Os autores iniciam este capítulo afirmando que a rede visual e intuitiva dos sítios e documentos virtuais viriam inscrever sucessivos saltos no povoamento deste lugar idealizado pelos militares. Entretanto, segundo eles, apenas 20% dos nós de atividade processam 80% do tráfego: os eixos (#hubs) de distribuição assinalam uma desigualdade formal entre os participantes tão essencial quanto a igualdade material que a estrutura.

Embora, desde 1995 as grandes corporações pressionassem os rumos da Internet tanto na direção de um grande local de armazenamento, habitado por gigantescos #bancos de dados (*data bank*) e #minas de dados (*datamining*), quanto na de um super aparelho de distribuição paga de informação e entretenimento, a emergência do inusitado casamento dos dispositivos de redes sem fio com as redes #peer-to-peer, implementado pelos movimentos sociais e conduzidos pelas comunidades virtuais, contrariou essa tendência (Rheingold, 2002).

As comunidades virtuais têm se afirmado como forma típica de organização da #cibercultura. O participante agrega a informação ou conhecimento que possui para o debate, tendo como contrapartida todas as informações e conhecimentos dos demais membros, as comunidades virtuais produziram inumeráveis serviços de comunicação onde o conhecimento que se faz através das demandas e das ofertas dos usuários se traduz em valores e confiança (incomensurável potência da cooperação).

Dessa forma, os autores acreditam que as #comunidades virtuais se organizam como multidões, e não como massas. As #comunidades virtuais seriam o lugar onde a multidão pode estruturar e experimentar suas formas singulares de luta e organização (Dyer-Witheford, 1999), resistindo à sua dissolução nas organizações populares e nas organizações de massa e podendo eliminar a relação de soberania. Dentro delas são encontrados pequenos grupos diferentes.

O valor de parceria (P2P) da rede caminha hoje ao par com o valor de negócios (B2B) da rede. Quanto mais as corporações realizam a fusão das redes procurando ampliar seu poder de negócios, mais elas integram e amplificam o valor das parcerias, exponencializando suas relações.

A integração da rede informacional foi conduzida e montada promovendo o poder da parceria, na medida em que ela foi construída centrada no usuário e não no emissor ou no gerenciador da rede. O investimento dessa potência de parceria da rede faz prevalecer menos o intelecto informacional morto, para benefício da potência do pensamento vivo comunicacional que a rede pode deflagrar.

Se a rede de parceria torna impossível a manipulação da multidão pelo Estado democrático, através de sua redução ao povo ou à massa, isto não significa necessariamente que devemos dar razão às carpideiras da liberdade quando afirmam que assistimos ao ocaso(fim) da democracia como forma de organização. O divórcio entre a democracia e o Estado faz com que as chances da democracia se conjuguem com a organização anárquica e transparente das redes, entrelaçando o ilimitado poder de fogo da multidão com o ilimitado poder de parceria da comunicação.

O nascimento da mídia livre

Os autores, ao se referirem as manifestações convocadas por meio da Internet, citam: os grandes acontecimentos chegam com pés de pomba – ensinou outrora um filósofo –, e quando seu ruidoso rumor nos atinge estamos apenas a ouvir os ecos de sua efetuação. O surgimento dessa nova mídia, a #mídia livre é resultado do casamento da política de ação direta do novo ativismo com a potência interativa, descentralizadora e anárquica dos sistemas hipermídia.

Ativismo, ação direta e mídia livre

O #IMC (*Independent Media Center*) foi criado por organizações e ativistas da mídia independente e alternativa com o propósito de oferecer uma rede para a cobertura jornalística dos protestos de novembro de 1999 contra a OMC em Seattle, por meio da estratégia de mídia sob demanda, usando o democrático sistema de #edição aberta (*open publishing*). O #IMC atuava recolhendo e disponibilizando, ao mesmo tempo, reportagens, áudios, fotos e vídeos em um regime de #copyleft através de seu website.

Cobrir o acontecimento para o #IMC significa participar ativamente de sua elaboração, ressaltando a característica de fusão entre mídia e ativismo.

Os Centros de Mídia Independente (#IMC) começaram a se multiplicar a partir de sua atuação na #Batalha de Seattle. Assim, centenas de ativistas da mídia de todo o mundo construíram seus próprios #IMC.

Ao contrário do digerati (pessoa que entende e usa muito computador e Internet) que tendia a apresentar as novas tecnologias como o verdadeiro sujeito das transformações o ativista acredita que a novidade de um meio só ganha expressão através da atividade que se apropria dele e se desenvolve integrando-se a suas novas potencialidades.

O novo ativismo, elaborado pelos sobreviventes das experiências comunitárias e políticas do final dos anos 60 e início dos setenta, integrou na Internet seu olho, suas imagens, seu ouvido, suas sonoridades, sua boca, suas falas, sua pele, seus contatos, sua memória e suas conexões, até construir uma teia comunitária tornando o corpo apto a viver no #ciberespaço. Através da prática da ação direta, fez da #CMC (Comunicação

Mediada por Computador) um lugar de percepção, afeto e atividade para as novas #comunidades virtuais.

Trata-se, para estas comunidades, de substituir as formas democráticas representativas e mediatizadas por núcleos centralizados (Estado), e seus órgãos de ação (instituições) por uma democracia de participação interativa, constituindo uma rede de ação direta.

Escolha, Liberdade e Resistência

Antes da emergência do ativismo e da nova mídia, parecia que toda resistência ao capitalismo globalizado estava fadada aos gemidos impotentes da recusa à globalização ou à lamentação melancólica do contínuo enfraquecimento dos velhos meios de luta (sindicatos, partidos, estatização dos serviços...).

Militância e Ativismo

Os autores começam o capítulo com um questionamento: como seria essa vida em uma sociedade sem classes, onde o trabalho não mais seria a mera capitalização da atividade voltando a se fazer vivo e ativo?

Este modelo de militância dissociado da vida ativa vai prevalecer, por exemplo, no desenvolvimento da #revolução russa, fazendo com que os ativismos dos construtivistas e outros sejam perseguidos e destruídos pelos militantes da revolução. Deste modo a atitude militante acaba por transformar o desejo libertário da revolução no pesadelo totalitário do #stalinismo.

Intempestividade, movimento e comunidade

Unindo o trabalho vivo à realização vital, o ativismo conquistou para sua vida e luta política uma característica que Nietzsche reivindicava para seu combate filosófico: o poder da intempestividade (aleatoriedade).

O local e a mídia livre

O que mantém o “2600” e outras comunidades ativistas é uma potência local difusora que rompe o poder integrador global da grade moduladora. A potência da comunicação emancipa-se da tarefa de mero transporte das informações para revelar-se como meio de individuação, máquina de guerra das subjetivações, resistência transformadora da conversação em arma de luta. A #mídia livre é um meio para viver, um meio onde o tempo do trabalho não se contrapõe mais ao tempo de vida, um meio onde o trabalho vivo determina o trabalho “morto” das informações e tecnologias e onde o movimento vivo de cada participante constitui o espaço vital da atividade comunitária. O local instaura um regime de tempo informacional produzido pela antecipação científica do futuro no presente, restaurando o poder da propriedade em sua forma intelectual. A propriedade da informação faz renascer o domínio do trabalho “morto” sobre o trabalho vivo.

Na #mídia livre, fazer o ativismo do modo que um meio jornalístico pode fazê-lo: transformando em notícia as narrações apaixonadas do acontecimento, explorando as fabulações, profissionais ou amadorísticas, favoráveis ou contrárias ao acontecimento como os pontos de vista locais que constituem seu território.

A nova mídia tão diferente da antiga. É preciso acompanhar sua atividade no calor da própria manifestação, no minuto a minuto do embate dos manifestantes com a arrogância dos que se julgam dirigentes do mundo atual.

4. O devir do Mundo do Ocupar

Narrativas colaborativas e difusão das lutas

No regime da #Web 1.0, a narrativa online era produzida sob o modelo da página principal (#homepage), cujos conteúdos eram editados e de propriedade do autor do

site. A home funda a metáfora da visita (Murray, 1997). Nesta web, a interação é programada pelos editores. Público e pessoal, o conteúdo de qualquer #homepage é controlado e quase nunca interconectado a outro externo ao site. Mas, na cultura da #homepage, reside a possibilidade de qualquer pessoa com domínio técnico da linguagem de edição gráfica (html) criar o seu próprio canal de comunicação.

No campo das publicações editoriais, foi a partir da web que um conjunto importante de veículos independentes passou a ter um público mais abrangente e global. No terreno do #ciberativismo, a #homepage permitiu ecoar a ideia de que é possível ao usuário criar, participar e difundir um movimento coletivo.

Contudo, na web dominada pela #homepage, o conteúdo era o rei, a relevância pertencia a quem possuía maior audiência. A economia da audiência encontrou seu formato perfeito: o *#breaking news*.

Essa mística em torno da homepage acabou por constituir uma visão da Internet como um espaço imersivo desmobilizador, o local de uma passividade onde o tempo da reprodução social se via colonizado pela navegação sem rumo através do oceano do excesso de informação das inumeráveis #homepages.

A #Web 1.0 se tornava o modelo perfeito daquilo que Antonio Gramsci chamava de #revolução passiva, uma transformação social pelo alto, tocada e gerida pelos principais operadores corporativos da nova economia.

Com a revolução do compartilhamento, a #napsterização, o poder de publicação migra dos detentores de grandes audiências para os que acumulam mais interações, resultando na cultura das popularmente chamadas #redes sociais na Internet ou #Web 2.0.

Timeline, perfis e o valor do compartilhamento

No modelo 2.0, o usuário tem #timeline, a qual funciona como um mural de notícias. Neste ambiente de colaboração há uma permanente oscilação de um perfil entre a posição de público e autor. O mais atual está sempre no topo. E une a atualização contínua, típica da narratividade de última hora (*#breaking news*), com a participação coletiva *#peer-to-peer*.

A narrativa colaborativa, ao contrário das narrativas autorais da #homepage, encontra na #timeline a sua interface padrão. Na concepção radical do design da timeline, há a extrema dependência da produção colaborativa. Se você não tem amigos, não será lido. Então, nas redes sociais, a priori, não há espectador (e se houver será rechaçado como aquele que espia: o #stalker).

Não é à toa que a #timeline seja também a interface dos dispositivos associados à comunicação via #streaming: uma corrente contínua de dados/informação consumidos e transmitidos instantânea e ininterruptamente, através de nossos perfis nas redes e mídias sociais. Ao indexar suas mensagens sobre o mundo em uma #hashtag, o perfil de uma rede faz da #tag um movimento de apresentação da ação política em seu assunto e transforma as mensagens em quantidades intensivas de argumentos de uma controvérsia.

A #timeline torna-se uma linha do tempo celerada, turbilhonando a subjetivação em rede, ao mesmo tempo em que a hashtag faz da ação coletiva dos movimentos sociais uma viva perspectiva da constituição do mundo.

Contudo, é inegável destacar que, nesse novo cenário de mídia, publicar significa que existem muito mais meios de comunicação social e que o “assunto do momento” não é apenas produto da rotina produtiva das instituições da notícia (imprensa), mas gerado pela mistura de veículos formais, coletivos informais e indivíduos, que fazem provocar a emergência não somente de novas formas de espalhar, de modo colaborativo, as notícias, mas sobretudo de contá-las.

Conversação, controvérsias e cuidado de si

As revoluções modernas tornaram plausível a hipótese da positividade brotada de uma tripla negação, por seu caráter insurrecional vinculado ao jogo do contraditório subjacente à estrutura da lógica do #diálogo, em busca de uma conciliação que apenas a racionalidade pode lhes oferecer como síntese.

A conversação em rede deriva da luta como tripla afirmação de mundo, território e população em um movimento de interesse comum. A #conversação presume combates e resistências.

O trabalho imaterial, caracterizado por sua mobilidade e precariedade, torna-se dominante nas relações de produção ao mesmo tempo em que a máquina inteligente absorve o trabalho material através de seus novos poderes cognitivos adquiridos. Antes, o trabalho imaterial se une a um intelecto, tornado público nessa simbiose, gerando a coalizão entre intelecto e trabalho oposta àquela entre intelecto e ação pertencentes à dialética. O capital funda o domínio privado da propriedade pela desterritorialização do comum.

O trabalhador do imaterial precisa cuidar de si mesmo, a princípio como cuidado com sua empregabilidade e mobilidade. Ele deve investir constantemente em sua imagem, em sua rede de relações e bagagem cultural. Deixando de serem entretidas pelas informações e diversões das megacorporações, as vidas voltam a ocupar-se de si mesmas e de seus interesses, cuidando de si mesmas nas conversações vivas da comunicação distribuída

Narrativas, redes sociais e mobilização política

Neste capítulo os autores o iniciam falando sobre o #15M na Espanha: uma ocupação massiva das ruas e praças pelos chamados #Indignados, que reivindicavam uma democracia mais participativa (Democracia Real YA!) num sistema político marcado pelo bipartidarismo. O #15M se originou após a aprovação da #Lei Sinde, em 15 de fevereiro de 2011, que permite que sites de downloads considerados ilegais sejam tirados do ar pela Justiça espanhola. Contrários à lei, o movimento anti-Sinde catalisou a participação política no país, articulando distintos movimentos de críticas à democracia representativa no país.

A partir da hashtag #NoLesVote, lançada por blogueiros, em resposta à aprovação da lei, ativistas convocavam a população para votar nulo nas eleições municipais, criando assim uma crise institucional na Espanha. Unidos a esta mobilização promovida na Internet estavam também o movimento #Juventud Sin Futuro que realizava marchas de protestos contra a crise econômica e o coletivo Democracia real YA!.

Inspirados pelas manifestações da Primavera Árabe, o #15M se propagou no interior da Internet.

O #15M faz parte de um processo social que hospeda um conflito entre dois pensamentos distintos de construção das relações sociais na Internet. Por um lado, o paradigma dos #hubs, onde o grau de conexão mede a capacidade de influir e de mobilizar a sociedade. Por outro, o das autoridades, em que a qualidade da informação e a intensidade de interações com diferentes grupos sociais são os elementos determinantes do poder de relevância na rede.

O #blogueiro de rua se contrapõe ao modelo capitalizado do #problogger, preso às #breaking news. O #blogueiro de rua – mesmo sem muitos “seguidores” ou “amigos” – produz conteúdos, ao vivo, para poder coordenar um movimento.

No #15M, o embate repressivo não se travou só nas ruas. Nas redes sociais, agentes do Estado atuavam gerando equívocos, informações desconstruídas, rumores ou dúvidas. Encontraram-se hashtags de protestos com tweets mudando a data e a hora da convocação, falsos tweets de perfis com forte credibilidade e #RTs forjados por #bots destacando as visões mais conservadoras.

Mobilização social e comportamento informacional no Twitter

Dando início ao capítulo, os autores afirmam que a produção social das mobilizações políticas no Twitter é capaz de gerar quatro grandes grupos de tweets: os informativos, os opinativos, os testemunhais e os convocatórios.

Os informativos contêm algum tipo de informação sobre o que está ocorrendo em tempo real nas manifestações, atuam noticiando. Os opinativos veiculam opiniões dos perfis participantes ou dos sensibilizados com o acontecimento. Os testemunhais são mensagens criadas por participantes que publicam nas redes sociais as experiências dentro da atividade política. São presenciais, “tweets de rua”. Já os convocatórios são aqueles que convidam à participação.

Analisando twittes que foram publicados durante o #15M e seus estudos anteriores, os autores constataram que há uma dimensão muito presente no interior dos movimentos sociais contemporâneos: a crítica à imprensa tradicional por difundir informações enviesadas, em sua maioria criminalizastes, sobre as manifestações contra o *establishment*. Uma posição conservadora que acaba por impedir que o jornalismo entre nos movimentos, engrossando a necessidade de os ativistas criarem seus próprios veículos.

Depois, constata, pelo número de #RTs que, em termos sociológicos, poderíamos apontar uma nova prática da imprensa, a qual a enunciação do fato é muito mais importante que o seu anúncio. É no embate que os ativistas disputam a repercussão do impacto político dos protestos, ao protagonizar um intenso debate na rede com seus críticos através de tweets testemunhais e opinativos.

Os perfis ocupam o mundo

Após um ano do começo das grandes manifestações convocadas pela Internet na Espanha e a Primavera Árabe, várias cidades ao redor do mundo resolveram se manifestar contra a soberania imperial das corporações, criando o evento #12M. Em mais de 30 cidades do mundo, ativistas denunciavam a crise econômica global como provocada pelos banqueiros enquanto organizavam uma luta transversal contra as políticas de austeridade fiscal em seus países.

Dessa forma, a hashtag #12M, como ficou conhecida no Twitter, funcionou como instrumento de organização e de mobilização. O #12M estabeleceu um novo tipo de movimento social: o #beta movimento. Manifestações sociais sem um nome acabado constantemente alterado em função da pauta e data. O movimento parecia nunca ter um fim e se confundia com a própria forma rizomática de sua convocação e alastramento na Internet.

Mapeando os twittes do evento por meio do *software* #Gephi, os autores puderam diferenciar três diferentes tipos de agrupamento em rede: os periféricos, que tem pouquíssima interações entre si; os intermediários, que se conectavam pelo menos em alguma ramificação; os componentes fortemente conectados, os próprios ativistas presentes nos locais das manifestações.

O programa #Gephi também traçou um grafo da *hashtag* #12M. Os nós fortes mais afastados da rede são classificados como #analistas, pois tuitavam questões referentes à #12M com base em uma análise criada e difundida pelos nós centrais ativos na rede. Esses nós constituíam componentes fortemente conectados, cuja principal atividade na rede era a de publicar notícias a respeito do que acontecia nos próprios locais das manifestações.

Assim, podemos considerar os tweets mais retuitados, no contexto das ações ativistas como a do #15M, reveladores de duas forças. A primeira: o empenho da multidão para registrar situações de perigo na rua. A segunda força multitudinária expressa pelos #RTs de maior difusão guarda relação com a crítica – de tom irônico e não panfletário – ao modo como o sistema político se constitui.

Ativismo e novas narratividades

Os autores dedicam esse capítulo para falar das manifestações em Vitória no dia 2 de junho a favor do passe livre e pela redução da tarifa de ônibus, relatando como a manifestação foi acompanhada e atualizada pelas redes sociais, principalmente Twitter e Facebook. Essas redes se tornaram um local de convocação, atualização e denúncias de violência policial durante os protestos.

Um novo modo de cobertura foi instaurado, uma nova cobertura colaborativa. Em geral, podemos identificar dois modos de cobertura colaborativa: a #emergente e a #programada. A #cobertura colaborativa emergente é marcada pela produção de pautas independentes ainda sem presença no noticiário da imprensa. A colaborativa programada é a do acontecimento já pautado por perfis com forte capital social nas redes sociais, são as coberturas associadas às celebridades, às campanhas políticas, aos eventos aguardados ou às causas movimentadas por grupos.

Imprensa como hub, perfis como narradores

Para além de uma visão episódica, comentarista ou exclusivista, a cobertura colaborativa nas redes sociais só se torna um gênero jornalístico quando veicula e mostra em detalhe um fato alternativo ao veiculado diretamente na imprensa.

A cobertura colaborativa está associada a uma mobilização de grupos consorciados para produzir uma opinião pública que ultrapasse o consenso estabelecido pela imprensa. Ela tem sua genealogia quando determinado acontecimento público é transformado em fato jornalístico pelo trabalho de engajamento coletivo dos perfis nas redes sociais. Além disso, é produzida de modo descentralizado pelos nós da rede e nucleada por uma #tag que faz jorrar os conteúdos através da #timelines.

Hoje a capacidade de narrar a história pertence a todos, mesmo que ainda seja um desafio universalizar os serviços de acesso à rede. Como por exemplo a denúncia de violência policial nas redes sociais feitas por um morador do Complexo do Alemão, durante sua ocupação.

As narrativas compartilhadas na Internet fazem parte de um movimento social que recusa a hierarquização de representantes e representados. Recusa a naturalização do funcionamento do poder. Recusa deixar para a mídia tradicional o poder de dizer o que pertence ou não ao acontecimento. Não se trata de desqualificar os saberes dos especialistas e eruditos, e sim de questionar a sua clausura e seu isolamento.

Os novos modos de pensamento e luta (seja qual for a sua dimensão) passarão cada vez mais pelo agenciamento entre a Internet e a rua, pois ambas têm uma qualidade comum: exprimem o barulho da multidão.

